



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

RESOLUÇÃO N. 25, DE 30 DE SETEMBRO DE 1980

O TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o decidido em Sessão Plenária de 29 de setembro de 1980,

CONSIDERANDO as disposições da Lei n. 6.825, de 22 de setembro de 1980, que estabelece normas para maior celeridade dos feitos no Tribunal Federal de Recursos e na Justiça Federal de Primeira instância;

CONSIDERANDO que a referida Lei objetiva criar condições para o imediato descongestionamento dos serviços judiciários do Tribunal e da Justiça Federal;

CONSIDERANDO a conveniência de baixar, desde logo, normas, de natureza regimental, destinadas a possibilitar a aplicação da Lei, segundo critérios uniformes;

CONSIDERANDO a conveniência de indicar, pelo sistema de processamento de dados, com urgência, os processos que se enquadram nas disposições da mencionada Lei,

RESOLVE:

I - O disposto nos artigos 1º e parágrafos, 2º, da Lei n.6.825, de 22 de setembro de 1980, aplica-se aos processos que se encontram no Tribunal pendentes de julgamento, inclusive aos que aguardam parecer da Subprocuradoria-Geral da República, não se reexaminando, em consequência, as sentenças respectivas, em razão do duplo grau de jurisdição (Código de Processo Civil, art. 475, II e III), se o valor da causa for igual ou inferior a cem (100) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

II - Para os efeitos do item anterior, considera-se o valor da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional vigente a 23 de setembro de 1980 (Cr\$ 644,23), aplicando-se a verificação do valor da causa as disposições do art. 6º, da Lei n. 6.825, de 22.9.1980.

III - Na hipótese do item I, se os processos se encontram no Tribunal, apenas por força do duplo grau de jurisdição (Código de Processo Civil, art. 475, II e III), os Relatores, com apoio no art. 90, § 2º, da Lei Complementar n.35, de 14 de março de 1979, poderão, desde logo, negar seguimento às "remessas ex officio", ou recursos de ofício, em matéria trabalhista, procedendo-se a devolução dos autos aos

Juízos de origem, na forma do Regimento Interno.

IV - Nos processos enquadrados nos arts. 1º e parágrafos 2º, da Lei n.6.825, de 22.9.1980, em que, além da sujeição da sentença ao duplo grau de jurisdição (Código de Processo Civil, art. 475, II e III), houver recurso voluntário interposto pelas partes, somente este será considerado pelo órgão julgador do Tribunal.

V - Aos processos encaminhados ao Tribunal, com sentença anterior a data da Lei n.6.825, de 22.9.1980, e ainda não distribuídos, aplicam-se as disposições dos itens anteriores.

VI - Os arts. 1º, 3º e 4º, da Lei n.6.825, de 22 de setembro de 1980, não se aplicam aos mandados de segurança.

VII - A Subsecretaria de Registros e Informações Processuais procederá, com urgência, ao levantamento dos processos, de que trata a presente Resolução, encaminhando aos Gabinetes dos Relatores as listas respectivas.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA
PRESIDENTE